

4

Ruptura e Permanência: O udenismo e os autoritarismos

“Convocar eleições para o ano seguinte
só porque estavam marcadas,
era na minha opinião um erro gravíssimo (...)
Portanto, longe de ser um ato democrático,
era profundamente totalitário este ato de levar um povo,
não pela razão mas pela força da emoção incoerciva,
a tomar uma decisão contra si mesmo,
decisão que não tomaria se estivesse
em condições normais de raciocinar.”
(Carlos Lacerda – Depoimento)

4.1

Uma comparação possível?

A trajetória das ideias é, por vezes, um índice da história nacional. Não em virtude do seu absoluto protagonismo, mas pelo liame que, em distintos graus, vincula os conceitos ao real. A presença de teses similares em momentos aparentemente díspares não remete tais períodos históricos à indistinção, mas pode revelar afinidades insuspeitas, que lançam um novo olhar ao incompreendido.

O capítulo 2 procurou demonstrar, dentre outros pontos, a aproximação de teses ibéricas e americanas, autoritárias instrumentais e liberais doutrinárias, em meio ao ideário udenista. O flerte entre tendências tão diversas seria uma das razões da propalada ambiguidade udenista. O presente capítulo pretende levantar algumas hipóteses para as afinidades entre o udenismo, autoproclamado herdeiro dos liberais doutrinários, e os autoritarismos, tradicionais adversários desta perspectiva. Outra vez recaindo na redundância para não ameaçar a clareza, cabe reiterar que não se trata de um idealismo, que valora épocas a partir das ideias nelas dominantes, mas da percepção de que o recurso a teses semelhantes pode revelar proximidades entre perspectivas e situações, reunindo momentos inicialmente díspares.

A aproximação entre os dois ideários requer grande cuidado, já que os discursos são produzidos em situações bem distintas. Os autoritários, em que pesem exceções como Francisco Campos, não eram políticos profissionais como os udenistas. Mesmo a atuação enquanto ideólogos estatais não se assemelha à dinâmica da tribuna, que adorna os pronunciamentos de elementos peculiares. A retórica é elemento relevante em qualquer discurso, e seu papel no pensamento

político brasileiro é amplo e central.¹⁸⁹ O ambiente parlamentar guarda, contudo, efeitos que lhe são próprios, requerendo um modo diverso de análise, uma vez que os recursos expressivos são parte da própria constituição das ideias.

A natureza das duas ideologias é também, em parte pela razão acima referida, diferente. O udenismo, de fato, é mais um estilo de atuação política, e um modo de intervenção na realidade brasileira, do que um conjunto estanque de teses. Estas podem ser determinadas, não há dúvida, porém a perda de significado ante a complexidade do ideário é inevitável. O pensamento autoritário da primeira república, por sua vez, constitui certa visão de Brasil, almeja conjugar as proposições mais adequadas à realidade nacional. As teses expressam, em grande medida, sua essência, apesar da relevância de “manifestações institucionais”, como o Estado Novo, para sua mais adequada percepção em meio à dinâmica política. Os termos ideário e ideologia seriam efetivamente próprios da natureza retratada, e não aproximações como no caso do udenismo.

As condições políticas de formulação do ideário são também amplamente distintas. Os autoritários da primeira República, inseridos na tradição ibérica, escrevem em meio à plena vitória do projeto americano, consagrado pela Constituição de 1891. O claro escopo de suas obras é problematizar o suposto idealismo da via americana, das ideias liberais doutrinárias, que superestimavam o papel da política, tentando reproduzir no Brasil instituições incompatíveis com a tradição e cultura pátrias. O caráter contra-ideológico do udenismo é, por sua vez, ainda mais explícito e profundo, já que sua unidade decorre menos das suas propostas que dos seus confrontos. Ele se erige como ideário antivarguista e, posteriormente, anticomunista, como um produto direto de tais movimentos políticos. Os adversários dos autoritários, aparentemente mais abstratos, eram as oligarquias locais, defensoras da descentralização e de um menor Estado. O udenismo, de outro modo, se opunha diretamente a atores históricos, personificava os inimigos em figuras como Vargas e Goulart, todos atuantes no sentido de uma ampliação do Estado. A vinculação aos liberais da primeira república é clara, nas referências teóricas e na autorrepresentação liberal,

¹⁸⁹ CARVALHO, José Murilo, *História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura*.

defensora de uma menor intervenção do Estado na economia. Nada mais lógico, afinal “o Estado era a própria emanção de Getúlio Vargas e de sua herança”¹⁹⁰.

As supracitadas diferenças não impedem, todavia, a identificação de continuidades e apropriações entre os discursos. O ponto a ser analisado não é a identidade de natureza dos dois ideários, mas a razão pela qual certos atores, que se representam e são enquadrados em posições amplamente opostas no cenário político, fazem uso das mesmas formas e teses. Os possíveis motivos são infundáveis, desde uma plasticidade inerente aos conceitos até o uso instrumental das ideias políticas, passando por eventuais conjunturas da política brasileira.

4.2

A reincidência das teses

O retrato dos autoritários da primeira república já foi brevemente traçado no capítulo 1, em meio à trajetória da tradição ibérica¹⁹¹. Impõe-se neste ponto, todavia, algumas considerações adicionais. O estudo clássico de Bolívar Lamounier identifica oito componentes desta estrutura ideológica, à qual ele atribui o epíteto de “ideologia de Estado”¹⁹²:

1. Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”;
2. Visão orgânico-corporativa da sociedade;
3. Objetivismo tecnocrático;
4. Visão autoritária do conflito social;
5. Não-organização da “sociedade civil”;
6. Não-mobilização política;
7. Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política;
8. O Leviatã benevolente.

Lamounier vincula os vários autores antiliberais do período ao mesmo conceito de autoritarismo, buscando uma síntese das difusas formulações

¹⁹⁰ BENEVIDES, Maria Victoria, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 281.

¹⁹¹ Capítulo 1.

¹⁹² LAMOUNIER, Bolívar, *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação*, In: *História geral da Civilização brasileira, volume nove*, pág. 386.

existentes. Tal empreitada recebe críticas de Rogério Dutra dos Santos,¹⁹³ que distingue ao menos três linhagens dentro o ideário autoritário que alcança a década de 30: o corporativismo de Oliveira Viana, o constitucionalismo antiliberal de Francisco Campos e a tradição castilhistas. O escopo do presente trabalho não é, entretanto, problematizar a literatura sobre os autoritários da primeira República, mas determinar algumas permanências do seu discurso, objetivo para o qual o esquema de Lamounier resta plenamente satisfatório.

Algumas distinções internas devem, entretanto, ser estabelecidas¹⁹⁴. Wanderley Guilherme dos Santos separa os autoritários em três grupos: naturalistas, ideológicos e instrumentais¹⁹⁵. Os primeiros, representados pelos integralistas, vinculam os regimes antidemocráticos às diferentes aptidões de cada homem para a prática do poder, de modo que somente alguns seriam verdadeiramente capazes de exercê-lo. A própria natureza humana demanda estruturas políticas autoritárias, as quais independem de eventuais fundos culturais, única opção coerente com a realidade dos grupos políticos. O fascismo era a principal inspiração, com amplo desinteresse ante as peculiaridades nacionais.

Os autoritários ideológicos, como Francisco Campos e Azevedo Amaral, justificam as instituições antiliberais a partir do caráter das sociedades de massa contemporâneas, necessariamente incongruentes com os princípios da democracia liberal. Os tempos modernos não mais comportam a primazia da política ante a técnica, com as decisões políticas tomadas através das dinâmicas forenses. O Estado forte é uma imposição, já que o conceito meramente formal de democracia não mais comporta a complexidade do século XX, marcado pela exacerbação dos conflitos ideológicos. Tal cenário, de fato, não se restringe à realidade brasileira, mas representa uma tendência mundial, amparado em três marcos filosóficos:

“... esse diagnóstico contemporâneo se refere ao mundo, e não só ao Brasil, e funda-se filosoficamente em uma tríplice composição das perspectivas da evolução e da duração de Henri Bergson, daquela do mito soreliano da violência e finalmente a do relativismo decorrente da noção pragmática de verdade”¹⁹⁶.

¹⁹³ SANTOS, Rogério Dutra, *O Constitucionalismo Antiliberal no Brasil: Cesarismo, Positivismo e Corporativismo no Estado Novo*.

¹⁹⁴ Tal ponto foi abordado no capítulo 1. Sua reiteração é, contudo, fundamental para o desenvolvimento do presente argumento.

¹⁹⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, págs. 43-46.

¹⁹⁶ JASMIN, Marcelo, *Mimesis e recepção: encontros transatlânticos do pensamento autoritário brasileiro da década de 1930*, In: *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*, pág. 232.

Marcelo Jasmin ¹⁹⁷ ressalta a centralidade de certo padrão retórico, a retórica da mimesis, caracterizada por uma pretensão realista, que concebe suas formulações teóricas em plena adequação ao real, como se os autores fossem dotados de uma percepção objetiva acerca da essência das coisas. Tal padrão discursivo se manifesta em dois sentidos: a partir de uma “retórica do Tempo”, que propugna uma plena correspondência entre certas instituições e a época na qual se inserem, e de uma “retórica da Nação”, a qual retrata as instituições como as únicas adequadas ao espírito da realidade nacional. Os autoritários ideológicos, assim como os naturalistas, atuam nos dois campos. Azevedo Amaral e Francisco Campos, por exemplo, tanto argumentam no sentido da maior adequação de tais práticas na tradição política brasileira, quanto inserem estas opções no sentido do tempo moderno.

Os autoritários instrumentais, por sua vez, aderem apenas incidentalmente à “mimesis do Tempo”. A construção dos argumentos se refere mais constantemente à questão nacional. Oliveira Viana e Alberto Torres concebem as soluções antiliberais como remédios transitórios, justificados pela peculiaridade da formação brasileira e do momento com o qual se defrontam. A ordem autoritária não é a melhor, mas a única possível ante as peculiaridades nacionais. A admiração de Oliveira Viana pelos modelos anglófonos é incontestável, porém não se trata de discutir abstratamente as instituições, mas de inseri-las em uma história e sociedade específicas. As soluções autoritárias derivariam da tradição brasileira, consequências da ausência de uma opinião pública bem estabelecida, como na experiência inglesa, que permitisse a efetiva existência de uma democracia substancial, para além dos formalismos democráticos vigentes no Brasil. A supracitada “mimesis da Nação” dá o tom do raciocínio:

“Se não me engano, há aqui uma característica geral do pensamento autoritário brasileiro que traduz a sua vocação realista – no sentido de que as suas formulações políticas, as suas invenções, devem sempre partir do conhecimento da realidade tal como é, em detrimento de imaginações outras, orientadas para um dever ser qualquer, um contrato social desejado etc. A mimesis da nação está na base de um diagnóstico que se pretende ‘científico’ acerca da realidade brasileira e que deve anteceder, por necessidade interna, o estilo de pensamento, a elaboração política, institucional e constitucional” ¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Ibidem, pág. 230.

¹⁹⁸ Ibidem, pág. 231-232.

As bases teóricas de Torres e Viana eram diversas. Autor em muito próximo da tradição saquarema, Torres citava pouco autores estrangeiros, apesar de certa proximidade teórica com Durkheim¹⁹⁹. Oliveira Viana, por sua vez, era em muito influenciado pela sociologia francesa da escola de Le Play, cujos autores propunham uma metodologia que lhe parecia a mais adequada para a compreensão da realidade brasileira²⁰⁰. A antropologia física foi outra grande influência, ao lado da psicologia coletiva de Le Bon. A sua visão de Brasil, amparada em longa tradição conservadora do Império, veio, entretanto de Alberto Torres, “que fornece a Oliveira Viana a cabeça política brasileira, que inocula na cabeça sociológica francesa os valores fundamentais de sua análise, de sua meta-teoria”²⁰¹.

A inserção dos autores nas categorias listadas por Lamounier não é simples, mas expressa, em grande medida, os principais embates e desígnios dos teóricos autoritários. Os componentes estão presentes nos três tipos tratados, uma vez que as distinções decorrem mais da futura interação entre os institutos antiliberais e a realidade brasileira do que da possível engenharia das instituições de então. As nuances existem, uma vez que as referências e algumas formas destoam, mas o espírito da política antiliberal a ser instaurada era comum aos principais autores. A significativa distância entre os autoritários instrumentais e ideológicos não impede que as propostas concretas em muito se assemelhem. Fosse o antiliberalismo um fim ou um mero meio, as instituições construídas eram similares.

A proximidade quanto às estratégias políticas proporciona alianças entre as distintas vertentes autoritárias, tal como ocorreu durante o Estado Novo²⁰². Os instrumentais são atraídos pelos ideológicos, quando as circunstâncias parecem exigir. As razões para o recurso ao instrumental autoritário podem ser diversas, desde certa defesa da tradição perdida até a crença na restrição de liberdades

¹⁹⁹ Oliveira Viana aponta as escassas referências estrangeiras na obra de Alberto Torres como a razão deste ser menos valorizado do que a relevância de sua obra justificaria.

²⁰⁰ A introdução de José Murilo de Carvalho a *Populações Meridionais do Brasil*, editada na coletânea *Intérpretes do Brasil*, volume I, explicita as principais referências do autor.

²⁰¹ CARVALHO, José Murilo, *Introdução a Populações Meridionais do Brasil*, In SANTIAGO, Silviano, *Intérpretes do Brasil*, volume I, pág. 913.

²⁰² A presença de Francisco Campos e Oliveira Viana entre os ideólogos do regime ilustra bem o ponto.

como único meio de posteriormente resguardá-las, sendo o moderno atingido pela sua negação. Oliveira Viana, por exemplo, recorre ao antiliberalismo para conciliar mudança e ordem. Qualquer outro modo desaguaria no caos. O discurso udenista não se afasta em muito da fórmula. A supressão da democracia formal era necessária para se evitar a anarquia e concretizar o moderno por uma via ordeira. Somente os confrontos históricos divergem, uma vez que o inimigo não é a desorganização oligárquico-descentralizadora da primeira República, mas a desvirtuação oligárquico-centralizadora de Vargas e seus seguidores. Os recursos não autoritários, a opção americana, por exemplo, eram insuficientes para a situação do país, a qual deveria ser analisada sob uma perspectiva realista, não através das lentes do ideal.

Os afastava a auto-imagem e as referências expressas pelos udenistas. Como um partido que reverenciava Teófilo Otoni, inimigo dos autoritários instrumentais do Império, e se definia pela oposição a Vargas, reivindicando a herança liberal, podia defender as medidas historicamente identificadas com o inimigo? No udenismo o autoritarismo instrumental convivía com o discurso liberal, em ambiguidade constitutiva do próprio ideário. A peculiaridade está justamente neste ponto, na retórica liberal que perpassava as manifestações udenistas. A questão não é a apropriação e referência ao pensamento autoritário da primeira república, marco central em qualquer reflexão sobre a história do pensamento político brasileiro,²⁰³ mas a adesão a teses clássicas desta ideologia de Estado em meio a uma retórica que as negava e, no mais das vezes, as elegia como opositor maior.

A primeira característica listada por Lamounier, o “predomínio do princípio ‘estatal’ sobre o princípio de ‘mercado’”, é um dos pontos mais manifestos da referida ambiguidade. Uma compreensão ampla do conceito de mercado se faz necessária, sendo um “grave equívoco interpretá-lo dentro dos

²⁰³ Lamounier salienta: “Quiçá mais importante, porém, é o fato de que o grupo de autores a que me refiro constitui a matéria mais candente do que se poderia chamar de história do pensamento político no Brasil. É através deles, pela sucessiva reinterpretação de suas obras e de seu papel na história, que ainda hoje se manifesta boa parte do debate teórico sobre a sociedade e a política brasileiras no período republicano. Apesar das descontinuidades havidas em nossa história política, como foi o caso do Estado Novo; ou talvez em virtude delas, a referência esses autores se impõe toda vez que se procuram as conexões do presente com algum passado relevante.” (LAMOUNIER, Bolívar, *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação*, In: *História geral da Civilização brasileira, volume nove*, pág. 372)

estreitos limites que a noção econômica de mercado assume na linguagem habitual.”²⁰⁴.

O campo econômico, entretanto, é o que expressa mais incisivamente as nuances do udenismo. A simpatia pelo liberalismo econômico, com a defesa do capital estrangeiro e da redução de entraves tarifários, predomina no discurso, em especial nos programas partidários, mas os recursos a visões estatistas são constantes. A incoerência da atuação partidária impede que se impute ao partido uma doutrina econômica definida. O udenismo explicita, mais uma vez, suas fraturas:

“O exame da política econômica da UDN revela, talvez com maior nitidez, a inconsistência programática e as contradições partidárias. (...) Se é verdade que a UDN, enquanto partido, manteve-se ostensivamente contrária ao intervencionismo estatal e favorável ao capital estrangeiro, a tentativa de se encontrar fundamentos precisos para uma determinada política econômica do partido se revela temerária. A UDN não defendia um ‘modelo econômico’ pois seu programa era fundamentalmente inspirado pelos aspectos políticos de cada questão, negligenciando os aspectos técnicos da realidade econômico-financeira. É nesse campo que a influência do bacharelismo se fará mais decisiva; os professores de finanças da UDN também se apresentariam marcados pelo juridicismo, por orientação teórica muitas vezes desvinculada das questões eminentemente técnicas.”²⁰⁵.

Ao lado das notórias defesas dos capitais estrangeiros, figura a defesa do monopólio estatal do petróleo, com a campanha da Petrobrás. A idéia de um meio termo entre estatismo e privatismo frequenta o discurso dos udenistas. Nas palavras de Aliomar Baleeiro: “... a UDN não se escravizaria ao dilema estatismo – iniciativa privada. Ela adota posição que consiste em escolher, objetivamente, em face de cada situação, de cada fato, a solução que melhor atenda às exigências do bem comum.”²⁰⁶. O radical liberalismo político, ainda mais pungente nos primeiros anos, vai aos poucos esmorecendo à medida que o comunismo se afirma como maior oponente. O interesse público objetivamente determinado, léxico tipicamente autoritário, expresso em ‘retórica mimética’, mitiga algumas crenças. A preocupação se vincula ao temor de algumas consequências, por demais inclusivas, do liberalismo econômico. Antes uma má ordem do que a desordem das massas. Após 1964, tal opção resta bem definida:

²⁰⁴ Ibidem, pág. 387.

²⁰⁵ BENEVIDES, Maria Victoria, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 196.

²⁰⁶ *Arquivo UDN*, apud: BENEVIDES, Maria Victoria, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 203.

“A posição dos udenistas que permaneceram vinculados ao regime militar pós-64, apesar, inclusive, da crescente ingerência do Estado no domínio econômico, acentua uma óbvia constatação: para os udenistas com interesses empresariais a intervenção estatal é preferível à ‘subversão social’ (ampliação da cidadania, democratização da sociedade com liberdade sindical, reformulação da política de greves, etc.). O clássico liberalismo econômico será, certamente, superado pelo anticomunismo. A lógica do anticomunismo conduz ao reforço do poder estatal, como único meio de impedir o ‘assalto’ esquerdista; e esse reforço – traduzido praticamente na militarização do aparelho do Estado, na repressão aos movimentos sociais – comporta, necessariamente, intervenção no domínio econômico. A modernização capitalista passa a ser mais atraente – com intervenção do Estado – porém com amplas garantias de ‘controle da subversão’.”²⁰⁷.

O pavor do povo é mais uma vez o limite à via americana, em enredo já presente na conciliação imperial e na adesão liberal a 1937. Antes a derrota aos inimigos usuais do que o risco de uma maré democratizante, que tornaria incertos os privilégios da elite. As consequências igualitárias do modelo americano, tão bem delineadas por Tocqueville, são um risco por demais ousado²⁰⁸.

O temor se intensificou ante a inclusão promovida pelas políticas sociais varguistas. Os necessários efeitos democráticos da estrutura corporativista, que controla porém concede, amedrontam parte das elites, por conjugarem uma classe operária organizada, ainda que dependente do Estado, ao desenvolvimento da sociedade de massas no Brasil. Não cabia em tal conjuntura a lógica do mercado, que proporcionava demasiada liberdade a forças sociais ainda imaturas e reincidia nos vícios da máquina varguista, somente removível pelas soluções de exceção. Fazia-se necessário intervir para que a ‘ordem natural das coisas’ retornasse, em fórmula recorrente na tradição liberal²⁰⁹. Com bem define Wanderley Guilherme dos Santos, o Estado liberal “não é de modo algum um Estado não intervencionista. Muito pelo contrário, o Estado liberal está sempre intervindo, a fim de afastar qualquer obstáculo ao funcionamento ‘natural’ e ‘automático’ do mercado.”²¹⁰. A exceção jaz no seio da ordem liberal²¹¹.

²⁰⁷ Ibidem, pág. 207.

²⁰⁸ Este ponto é desenvolvido por VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, e mencionado no primeiro capítulo da dissertação..

²⁰⁹ Tal questão é também abordada no primeiro capítulo..

²¹⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 52.

²¹¹ AGAMBEN, Giorgio, *Homo sacer*.

Cabe, todavia, uma distinção quanto ao contexto brasileiro. Não se trata apenas de identificar eventuais premissas liberais antiliberais, mas da inexistência efetiva de opções institucionais presentes em alguns países centrais, em especial nos anglófonos. De fato, mais do que as incoerências do liberalismo, presentes porque fundamentais para sua instauração, trata-se da recusa, pelos próprios liberais, à implantação de uma ordem liberal, embora mantida a retórica que usualmente a fundamenta. Por isso a relevância do paralelo aqui traçado, entre autoproclamados liberais de então e autoritários instrumentais de outrora. Mais do que mais um estudo de caso sobre as ambiguidades do liberalismo, busca-se compreender parte da sorte do ideário liberal em terras brasileiras. As razões do abandono de certas soluções liberais.

Vedado o recurso ao mercado, resta o “predomínio do princípio estatal”, sobreposto a uma sociedade vista como inerte. O elitismo dos liberais incide na desvalorização da plebe, tida como massa informe e ainda despreparada para o nobre exercício do poder. Delineia-se uma sociedade hierarquizada, que remete a “visão orgânica” apontada por Lamounier. A organização não ocorre, entretanto, a partir da estrutura corporativa, mas busca outras formas de impedir a ascensão do *demos*, sem incidir nas consequências demasiadamente igualitárias do contestado modelo. A intervenção das forças armadas emerge como a solução mais adequada, haja vista a ordem intrínseca à organização militar.

O argumento remete, outra vez, aos autoritários instrumentais, em série de bem formados raciocínios. A “não organização da sociedade civil” impede o recurso ao mercado, uma vez que o resultado seria, por certo, a anarquia. Cabe, portanto, ao Estado resolver os conflitos sociais, de modo a melhor zelar pelo interesse comum, pois a mobilização política incidiria em inevitável contestação a ordem. O caráter objetivo e apolítico das decisões estatais garante a neutralidade, fundamental para a definição do bem comum. Nestes termos, a busca pelo interesse de todos reveste a complexa engenharia do Estado moderno de tons paternalistas, nos moldes, bem descritos por Lamounier, de um “Leviatã benevolente”²¹².

O centro da justificativa udenista para o recurso ao autoritarismo estatal, assim como suas visões de Estado e sociedade, se ampara nos termos do léxico

²¹² Deve-se ressaltar que a idéia de “leviatã benevolente” não se restringe a este viés.

autoritário. Componentes da estrutura ideológica, delineada por Lamounier, estruturam a quase totalidade do argumento, construído a partir de percepções que pressupõe: uma “visão orgânico-corporativa da sociedade”, certo “objetivismo tecnocrático”, uma “visão autoritária do conflito social”, a “não-organização da ‘sociedade civil’” e a “não-mobilização política”. Mais do que características da referida ideologia, os componentes descritos por Lamounier devem ser vistos como partes de um mesmo argumento, etapas de um raciocínio. As influências dos dois lados do organicismo românticos, o organicista e o revolucionário,²¹³ são conjugadas às tradições ibéricas, em reformulação de raciocínio conhecido, ao menos quanto ao seu principal temor: o protagonismo das massas. Tal argumento busca evitar os eventuais efeitos igualitários da política, através da construção de uma ordem plenamente policial²¹⁴. A sociedade é incapaz de se auto-organizar, o que torna necessário o recurso ao Estado, única fonte possível da ordem. Não se trata, contudo, de qualquer estrutura estatal, já que o governo das pessoas adequadas, com a recusa de qualquer fonte de contestação, é requisito primordial. Os termos podem não expressar o mesmo preciso sentido, presentes em diversos contextos, mas a estrutura do argumento e a identidade das conclusões guardam profunda afinidade.

Elitismo e moralismo completam o quadro, inseridos como princípios ordenadores nos dois ideários. Para as duas ideologias, a carência moral da contemporaneidade é um relevante fenômeno a ser combatido. Ante o crescente predomínio dos baixos valores de Caliban, espírito das sociedades de massa, se deve promover os nobres desígnios de Ariel, encarnação das virtudes elevadas e aristocráticas. Cabe às elites esta tarefa moralizadora, que necessita do Estado para alcançar um efetivo sucesso. Apesar das referências aos conceitos de interesse público e bem comum, léxico também presente na tradição republicana, tais argumentos não decorrem da ideia de uma comunidade cívica, não remetem em última análise a um conceito de povo, por mais restrito que o seja. A distinção entre massa inconsciente e elite onisciente é antes o ponto central do moralismo, sempre vinculada a um profundo elitismo.

²¹³ Tal ponto é mais detidamente tratado na página 12 do capítulo 1, a partir de trecho de Lamounier.

²¹⁴ Os conceitos de política e polícia, tal como utilizados por Ranciere, são definidos no capítulo 1.

As premissas elitistas e moralistas não operam, contudo, do mesmo modo em cada ideologia. Os autoritários da primeira República, mesmo em meio às referências a Ariel, vinculam de modo mais suave o elitismo às crenças aristocráticas. A formação das elites é antes produto da estrutura estatal que efeito das distinções familiares e sociais de uma casta privilegiada. Não que as formulações de Oliveira Viana abandonem completamente os privilégios de clã, especialmente em suas primeiras obras ²¹⁵. Os motivos, entretanto, sempre remetem ao papel do Estado, a sua melhor estrutura e institucionalização. O moralismo, deste modo, se vincula mais às estruturas que aos homens. Mais do que criticar os detentores dos postos de poder, a questão era problematizar a perspectiva político-institucional e o modelo estatal então vigente. Os teóricos elitistas da passagem do século XIX para o XX, como Pareto, são a maior influência destes autores.

Os udenistas, por sua vez, inserem uma forte premissa aristocrática em seu elitismo. Além do pretense realismo, no mesmo molde dos autoritários, que identificavam na política uma inevitável predominância das elites, havia um profundo sentimento de diferenciação social, decorrente do natural insulamento de uma minoria virtuosa. Mesmo que tal elite não concretizasse seus talentos naturais, ela ainda era mais apta para as atividades públicas, ao menos em comparação à plebe. A crença em uma natural propensão ao poder, seguida pela revolta ante a injustificada distância em relação a ele, condiciona toda a prática política udenista. O moralismo, por conseguinte, se vincula antes às qualidades privadas dos atores que a inserção destes na dinâmica social. Não se trata, com efeito, de qualquer referência à moralidade pública, amparada em raízes republicanas, mas da inclusão do organismo estatal nos parâmetros da moral privada, com abundantes referências aos valores cristãos. A oposição entre o estadista e o caudilho, delineada por Afonso Arinos, expressa com precisão tal questão. Fernando Lattman-Weltman expõe:

“De qualquer modo, porém, serão sempre qualidades e valores humanos que legitimarão, por assim dizer, a eleição desses estadistas (...) assim como somente essas propriedades poderão garantir o seu sucesso. Da mesma maneira, serão as fraquezas e corrupções humanas os principais obstáculos à emergência dos eleitos e a à consecução dos fins supostos em sua eleição.” ²¹⁶.

²¹⁵ VIANA, Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil*.

²¹⁶ LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 35.

Neste sentido, a vinculação entre o udenismo e a tradição liberal, do Império e da primeira República, ganha grande destaque, com a reutilização do argumento que identifica nos homens, e não nas estruturas, as mazelas que assolam o país. Seja na necessidade de imigração defendida por Tavares Bastos, ou na campanha civilista de Rui Barbosa, a centralidade do homem que conduz as instituições frequenta o discurso liberal, com o moralismo identificado como ponto central da constituição do moderno.

De todo modo, mesmo a partir de concepções distintas dos mesmos conceitos, a estrutura que atrela os referidos teóricos ao autoritarismo instrumental não é profundamente abalada por tais divergências. Seja qual for a maneira de formação da elite, ela ainda existe, e se opõe à anarquia do resto da população, sendo a fonte dos valores moralmente corretos. Os meios a serem utilizados ainda pressupõem as rupturas violentas e supressões democráticas, uma vez que as condições materiais, objetivamente analisadas por tal elite, assim indicam.

O golpismo não é recurso eventual, mas ponto basilar dos ideários, em que pese suas distintas formulações retóricas. Os “ideólogos do Estado” não atuavam na dinâmica parlamentar,²¹⁷ não tomavam parte ativa no sistema eleitoral-representativo. A defesa de uma necessária ruptura se restringia, deste modo, às discussões teóricas e ao apoio nos bastidores. Fazia-se necessária a mudança, mas ela constituía uma etapa de certo processo, não prática política reiterada de ameaça à normalidade institucional.

O fator desestabilizador de tal atuação era, sem dúvida, mais discreto do que a atuação udenista. O epíteto de “banda de música”, dado a certa ala do partido, não surgiu sem motivos. Com efeito, as expressões udenistas distinguiam-se pela agressividade e virulência nos parlamentos e na imprensa, sempre recorrendo às acusações de ordem moral para desestabilizar seus adversários políticos. A oposição era levada às suas últimas consequências, com constantes alusões a possíveis rupturas institucionais. O golpismo constituía componente fundamental da dinâmica partidária, com o reiterado apelo à opinião pública conservadora e às correntes militares aliadas, na defesa da ilegitimidade

²¹⁷ Cabe aqui a supracitada exceção de Francisco Campos.

da ordem vigente. Não reconhecer as instituições de então, em virtude do injustificado alheamento dos melhores, os udenistas, do poder, era palavra de ordem e crença pacífica entre a quase totalidade dos udenistas. O golpismo se entrelaça com o elitismo e o moralismo, compondo discurso incompatível com a aceitação das regras do jogo, da alternância no poder, princípio central para o regime democrático. Alguns são moralmente mais adequados para o governo, não podem estar dele apartados, já que integram a elite, cuja vocação natural é o poder. Maria Victoria Benevides explicita:

“O golpismo udenista não é deslize, não é ruptura. Está, como dizia Michel Debrun, ‘no coração da própria ideologia’, a que serve de suporte para os apelos aos militares, sempre decorrente da fé inabalável na ‘presciência das elites’, na ‘imaturidade do povo’ e na identificação de reivindicações sociais com anarquia.”²¹⁸

A combinação entre oposição e autoritarismo instrumental é sempre preocupante para a estabilidade democrática. Quando o principal ator político de oposição, com grande destaque no cenário democrático, assume tal postura, utilizando expressões como ‘golpe por via eleitoral’,²¹⁹ as possíveis consequências são ainda mais nefastas, uma vez que até os participantes institucionalizados do regime democrático conspiram contra a sua sobrevivência. Os limites da lei, a efetiva vigência do ordenamento, eram postos constantemente em dúvida, a partir de lógica semelhante que, não obstante, utilizava termos diversos. Enquanto os autoritários estabeleciam a dicotomia entre a democracia formal e a democracia substancial, os udenistas vinculavam a real democracia ao saneamento moral da nação, com a necessária expulsão do poder de todos os identificados com a herança de Vargas e a subversão.

Os autoritários, como críticos dos grupos dominantes da primeira República, calcavam seus argumentos na distinção de dois tipos de democracia. O procedimento retórico era sutilmente construído. Historicizava-se o conceito de democracia, com a conseqüente relativização do seu conteúdo. A partir desta incontestável evidência, o regime democrático era identificado a um mero instrumento, sem qualquer menção ao conteúdo do termo, ao qual se vinculava o incerto conceito de “interesse nacional”. Em arguta manobra o efetivo exercício

²¹⁸ BENEVIDES, Maria Victoria, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 196.

²¹⁹ O termo é de Carlos Lacerda.

do poder desaparecia do contexto semântico da democracia, então vinculada à interpretação dos ocupantes do poder. Hobbesianamente, o ator definia o autor, com a clara separação entre *demos* e *cratos*. Os procedimentos democráticos eram relegados a meras formalidades, em clara manobra conservadora, que opunha o abstrato a um suposto concreto, com o escopo reduzir ao segundo plano os institutos potencialmente danosos à ordem social vigente. O sufrágio universal não passava de um delírio jurídicista, mera perspectiva formal da democracia, que ignorava o bem da nação ao invés de resguardá-lo. Esquecido entre os confrontos forenses do parlamento e o interesse eleitoreiro dos políticos, o interesse natural só poderia ser resguardado por meio de uma democracia real, efetiva, para a qual um governo forte e centralizado constituía requisito fundamental ²²⁰.

O moralismo udenista, por sua vez, calcado no elitismo, também se unia ao discurso do interesse nacional. Épocas excepcionais exigiam soluções excepcionais, que sobrepujavam os estreitos limites da legalidade. O bacharelismo, antigo inimigo dos autoritários instrumentais, que o vinculavam ao idealismo, era agora utilizado para relativização da ordem jurídica, caracterizada como ilegítima. Emergia o discurso da exceção, que vinculava a validade da ordem jurídica à normalidade. A correta interpretação da realidade brasileira, que demarcaria os liames da lei e dos poderes da República, restava ao encargo das Forças Armadas, autêntico Poder Moderador do ideário udenista. Sem dúvida, tal função dos militares não se restringe às formulações do udenismo. A partir da proclamação da República, todas as rupturas institucionais brasileiras envolveram a corporação militar, a qual se arrogou do papel de intérprete da legalidade constitucional, sendo reconhecida como uma nova chave do sistema político ²²¹. Em nenhum ideário, todavia, abundam tantas referências e apelos à tradição patriótica do Exército como no udenismo, que fazia do quartel uma extensão do parlamento ²²².

Embora distintos em alguns termos, a estrutura dos dois argumentos, o autoritário e o udenista, guarda grande similaridade. Instaure-se uma dicotomia entre ordem desejável e caos vigente, a qual somente pode ser resolvida por uma

²²⁰ Sobre tal ponto, VIANA, Oliveira, *O Idealismo da Constituição*, e CAMPOS, Francisco, *O Estado Nacional*.

²²¹ Esta tese está presente em FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, pág. 607-626. Quanto à expressão “chave do sistema político”, trata-se do modo pelo qual Benjamin Constant definia o poder Moderador.

²²² Ver a citação de José Bonifácio, sobre a UDN e os quartéis, no capítulo 2.

mediação externa, que extrairá o interesse público da anarquia. O dissenso inerente à política contribui para a desordem, que se apega a requisitos formais para dissimular a realidade. Deve-se buscar o consenso, o interesse comum, acima das cisões sociais. Mesmo quando atua como ator subversivo, a retórica do liberalismo consensual do udenismo busca, por vezes, escamotear o conflito que instaura. O Manifesto dos Mineiros, documento de confrontação a Vargas, tomado por muitos como marco primeiro do processo de gestação da UDN, se preocupa em não aparentar qualquer interesse particularista ou belicoso:

“Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranqüilo dos nossos co-estaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e de julgamento. Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir. Falamos à comunidade mineira sem enxergar divisões ou parcialidades, grupos, correntes ou homens.”²²³.

Esquece-se a parcialidade da ordem neutra, que sempre vincula a alguém o suposto interesse de todos, para pretensamente extrair-se uma essência do real, a partir da retórica mimética acima tratada. A política, em sua demasiada passionalidade, não se coaduna com a busca do bem comum, caracterizada pela conciliação que produz boa ordem.

O escopo de conservar perpassa os dois ideários, condicionados, principalmente, pelo temor das transformações incontroladas. Mesmo quando pensavam coisas diferentes, eles compartilhavam o mesmo modo de pensar, enquadravam-se em determinado estilo de pensamento²²⁴. A inserção no mundo e os esquemas argumentativos, sempre amparados em certo realismo que percebe objetivamente o concreto, remetem a fórmulas célebres, com antiga influência no pensamento político-social brasileiro. De fato, as ressonâncias dos conservadorismos oponentes da revolução Francesa datam do Império, através das ideias saquaremas. O estilo de pensamento conservador, tal como concebido por Karl Mannheim, não é recente em terras brasileiras. Os autoritarismos e o udenismo são espécies de um gênero, manifestações concretas de certa forma de perceber e retratar a realidade.

Mannheim vincula a gênese do conservantismo, enquanto “estilo de pensamento”, à reação ao predomínio liberal-burguês que se seguiu a Revolução

²²³ Manifesto Mineiro, In: FRANCO, Virgílio de Melo, *A Campanha da UDN (1944-1945)*, pág. 303.

²²⁴ A expressão está em MANNHEIM, Karl, *Essays on Sociology and Social Psychology*, pág.116.

Francesa. O pensamento conservador não se confunde com o tradicionalismo, atitude intelectual com longo passado histórico, uma vez que, distintamente da atitude tradicional, o conservantismo possui estrutura coerente e formulação consciente. Ele se constitui como ideologia a partir da oposição ante o projeto burguês, em meio ao conflito ideológico:

“... o conservantismo primeiro se torna consciente e reflexivo quando outros modos de vida e pensamento aparecem em cena, contra os quais ele é impelido a tomar posição na batalha ideológica. Este é o primeiro estágio na formação de uma ideologia definitivamente conservadora; e é também um estágio de deliberação metodológica no qual o conservantismo tenta tornar-se consciente de sua própria essência.”²²⁵.

Algumas condições materiais são, ademais, necessárias para sua formação, uma vez que somente em uma sociedade de classes, em que os processos sociais operem de modo dinâmico e haja certa diferenciação social, é possível a predominância do conservantismo ante o tradicionalismo. O pensamento conservador é produto do “caráter dinâmico do mundo moderno”. Mannheim elenca algumas características que expressam a intenção básica deste estilo de pensamento:

“Até esse ponto, então, relacionamos vários traços característicos da forma conservadora de experiência e de pensamento. Discutimos a sua natureza qualitativa; a sua ênfase sobre o concreto em oposição ao abstrato; a sua aceitação da realidade que permanece, em comparação com o desejo progressista de mudança; a simultaneidade ilusória que ela confere aos acontecimentos históricos em comparação com a concepção linear e liberal do desenvolvimento histórico; a sua tentativa de substituir o indivíduo pela propriedade fundiária como a base da história; e a sua preferência por unidades sociais orgânicas em lugar de unidades aglomerativas tais como as ‘classes’ favorecidas por seus oponentes.”²²⁶.

Mannheim caracterizava o conservantismo europeu do século XIX, amparado nos condicionantes históricos desta época. A utilização de tais

²²⁵ “... conservatism first become conscious and reflective when other ways of life and thought appear in scene, against which it is compelled to take up arms in the ideological struggle. This is the first stage in the formation of a definitely conservative ideology; it is also a stage of methodological deliberation in which conservatism tries to become conscious of its essence.” Ibidem, pág. 115. Traduzido por Cláudio Marcondes.

²²⁶ “So far then, we have gathered together a number of characteristic features of the conservative form of experience and thought. We have discussed its qualitative nature; its emphasis on concreteness as against abstractness; its acceptance of enduring actuality, as compared with the progressive desire for change; the illusory simultaneity it imparts to historical happenings as compared with the liberal linear conception of historical development; its attempt to substitute landed property for the individual as the basis of history; and its preference for organic social units rather than the agglomerative units such as ‘classes’ favoured by its opponents.” Ibidem, pág. 114. Traduzido por Cláudio Marcondes.

características, para retratar conceitos do pensamento político brasileiro do século XX, deve, pois, ser efetuada de modo parcimonioso. As manifestações do referido estilo de pensamento são, entretanto, inegáveis, tais como: a ênfase no concreto em detrimento do abstrato, o privilégio do qualitativo ante o quantitativo e a preferência das unidades sociais orgânicas em face das aglomerações, como as classes.

A caracterização da via americana enquanto jurista formal, tese ibérica, foi refutada no primeiro capítulo, a partir do argumento de Werneck Vianna²²⁷. Trata-se, com efeito, de uma outra perspectiva sobre a construção do moderno, não de um delírio cego à realidade. Os americanos sempre conceberam as questões a partir do abstrato, crédulos nos profundos efeitos dos institutos políticos. Os ibéricos, por sua vez, sempre procuraram o concreto, as condições materiais que sustentassem as instituições, mesmo que o pretense realismo não passasse de mera construção retórica de determinada auto-imagem. A afeição dos autoritários da primeira República, ibéricos por excelência, pelo concreto, resta plenamente coerente. A necessária postura “realista”, em oposição ao idealismo dos adversários, sempre foi um reiterado ponto do discurso antiliberal. Menos corriqueiro, entretanto, é quando o ator que reivindica a tradição do liberalismo doutrinário brasileiro, a UDN, em abandono a abstração liberal, adere ao mesmo argumento, buscando superar a ordem então vigente a partir de uma percepção concreta da realidade, que delimita o verdadeiro interesse nacional. O constante recurso ao concreto é mais uma prova da conjunção de teses americanas e ibéricas em meio ao udenismo.

A ênfase no qualitativo, expressa no conceito de liberdade qualitativa, é outra perspectiva conservadora presente nos dois ideários. Os elitismos demonstram bem tal aspecto, que parte de uma suposta desigualdade natural para construir uma perspectiva não-liberal da liberdade. Ela seria tomada como potencial desenvolvimento dos sujeitos, não como não intervenção ou igualdade abstrata, nos termos liberais. As distinções entre estamentos de diversas aptidões recaem em certa ideologia de tintas aristocráticas, retorno da tradições feudais.

²²⁷ Página 16 do capítulo 1 e VIANNA, Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, pág. 167.

Tanto o elitismo autoritário, com sua perspectiva moral do Estado, quanto o elitismo udenista, permeado pelo senso aristocrático de determinado grupo, remetem à liberdade qualitativa do pensamento conservador, assim como a sua respectiva concepção das instituições políticas.

A perspectiva favorável ante unidades sociais orgânicas, em detrimento de grupos que se afirmam classistas e, conseqüentemente, de marcos teóricos que reconheçam a luta de classes, revela o *ethos* policial dos ideários autoritário e udenista. A negação do dissenso é ponto basilar, sendo todas as manifestações populares remetidas à categoria de subversão da ordem. O próprio reconhecimento da existência de classes bem definidas já impõe, de fato, a desnaturalização da desigualdade, contestação evidente da liberdade qualitativa acima descrita. Ao invés da luta de classes, conforma-se uma percepção orgânica da sociedade, que naturaliza as disparidades sociais, através da reificação de práticas e ordens sociais construídas. As hierarquias são necessárias para a manutenção da ordem, constituem elemento fundamental para a consecução do interesse nacional.

4.3

Conclusão

A índole conservadora das duas ideologias e a comunidade de algumas teses não equipara, de modo algum, o udenismo e o autoritarismo da primeira república. A similaridade entre os ideários não esconde a enorme distância entre as épocas. Formulações idênticas possuem efeitos amplamente díspares em condições diversas, as ideias não se separam do contexto de sua produção.

A presença das teses autoritárias em meio à retórica udenista decorre de vários e complexos fatores. Um destes, entretanto, ocupa um papel central: a contenção dos efeitos igualitários do processo de inclusão das massas no Brasil. O recurso dos liberais às formas conservadoras não era sem razão, mas tinha o claro escopo de evitar um radical desvirtuamento do *status quo* então vigente, cujas conseqüências para as camadas mais próximas do poder político e econômico eram imprevisíveis. Buscou-se a solução na primeira resposta institucional ao advento da sociedade de massas no Brasil, o autoritarismo da primeira República. Confrontados com a crescente emergência das massas urbanas, alguns teóricos da primeira República perceberam a insuficiência do

liberalismo exclusivista de então, incapaz de evitar os inevitáveis conflitos que se anunciavam. A alternativa foi a inclusão do povo, mas sem as tintas por demais igualitárias de alguns países centrais. Impunha-se uma mediação, a fim de resguardar vetustas hierarquias. A inclusão se daria através do Estado, com a realização da efetiva cidadania interna aos órgãos estatais. Aparelho corporativo e direitos sociais garantiriam a igualdade controlada.

A semelhança de preocupações melhor explica a reiteração de algumas teses e procedimentos discursivos. Não interessa a eventual consciência ou o caráter fortuito de tal fenômeno, sua própria existência já é por demais relevante. Ironicamente, todavia, as preocupações udenistas decorrem em grande parte dos efeitos das próprias ideias autoritárias, uma vez que mesmo a inclusão subordinada produz grande carga democrática, sem falar em seus imprevisíveis desdobramentos igualitários. Não obstante os inegáveis problemas do interregno varguista, foi com Vargas que o Estado-Nação brasileiro tomou sua forma moderna,²²⁸ se não a primeira.

O principal ator de oposição à Vargas se via obrigado a recorrer aos mesmos argumentos que fundamentaram o seu primeiro governo, os quais eram, em artifício retórico, imputados ao ex-ditador. Vargas, por sua vez, sabedor da acrimônia das elites e do fortalecimento das massas, recrudescia sua política popular. O grande adversário, posteriormente, caiu, mas a maré igualitária perdurava. A solução das forças armadas emergia cada vez mais atraente, apesar da inicial oposição de alguns moderados, como Arinos, que defendiam a via conciliadora, à moda saquarema. Mesmo tais moderados apoiaram a ruptura em 1964, evento inevitável quando até mesmo os liberais conservadores escolhem as opções não democráticas. O temor das massas torna atraentes teses antes combatidas, e subversivas algumas antigas crenças.

²²⁸ Sobre tal tese ver SANTOS, Wanderley Guilherme, *O ex-Leviatã brasileiro*.